

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/03/2024 | Edição: 61 | Seção: 3 | Página: 188

Órgão: Ineditoriais/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	71.095.671,66	107.084.909,24	CIRCULANTE	22.061.613,68	58.811.263,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	46.579.912,41	53.895.899,06	CONTAS A PAGAR	5.277.237,77	6.323.498,57
Caixa	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas	689,66	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	4.761.021,82	Encargos Sociais a Recolher	545.434,87	645.171,07
Bancos Conta Movimento - Com Rest.	0,00	4.616.282,33	Encargos Tributários a Recolher	488.317,12	1.352.408,24
Bancos Conta Movimento - Sem Rest.	0,00	144.739,49	Fornecedores	2.082.597,35	2.013.604,88
Aplicações Financeiras	46.579.912,41	49.134.877,24	Arrendamentos a Pagar	1.587.983,78	0,00
Aplicações Financeiras - Com Rest.	46.357.559,57	48.963.150,16	Outros Fornecedores	494.613,57	2.013.604,88
Aplicações Financeiras - Sem Rest.	222.352,84	171.727,08	Provisão de Férias, 13º e Encargos	2.035.026,57	2.012.314,38
CONTRATOS A RECEBER	23.153.602,49	50.396.307,21	Outros Créditos	125.172,20	300.000,00
Contratos a Receber - Com Rest.	18.650.230,32	50.096.601,32	CONTRATOS E TERMOS DE PARCERIA	5.435.937,87	50.335.547,76
Contratos a Receber - Sem Rest.	4.503.372,17	299.705,89	Contratos a Realizar - Com Restrição	3.172.210,33	50.036.841,87
VALORES A RECUPERAR	184.284,99	110.832,11	Contratos a Realizar - Sem Restrição	2.263.727,54	298.705,89
ADIANTAMENTOS	475.094,84	551.105,00	VALORES A REALIZAR	663.463,01	2.152.216,76
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	39.313,92	52.328,65	ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS	10.684.975,03	0,00
VALORES A REALIZAR	663.463,01	2.078.437,21	NÃO CIRCULANTE	149.176.877,53	156.265.677,95
NÃO CIRCULANTE	148.149.187,50	154.039.019,94	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	2.067.876,84	1.365.224,54
CONTRATOS A RECEBER	137.099.240,03	137.518.407,89	PARCELAMENTOS FISCAIS	1.174.632,68	1.507.176,07
CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	8.835.127,98	15.874.869,45	CONTRATOS A REALIZAR	137.099.240,03	137.518.407,89
IMOBILIZADO	2.157.806,59	623.501,30	CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	8.835.127,98	15.874.869,45
Bens em Operação - Com Rest.	6.366.896,32	4.210.475,34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.006.367,95	46.046.988,14
(-) Depreciações Acum. - Com Rest.	-4.209.089,73	-3.586.974,04	Patrimônio Social	3.995.867,71	8.994.125,65
Bens em Operação - Sem Rest.	0,00	0,00	Reservas - Recursos com Restrição	40.541.360,98	0,00
(-) Depreciações Acum. - Sem Rest.	0,00	0,00	DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	1.959.379,81	35.543.103,04



INTANGÍVEL	57.012,90	22.241,30	Déficit / Superávit do Exerc. - Com Rest.	4.833.153,45	31.547.235,33
Sistemas - Recurso com Restrição	1.053.883,75	1.004.071,75	Déficit / Superávit do Exerc. - Sem Rest.	-2.873.773,64	3.995.867,71
(-) Amortizações Acumuladas	-996.870,85	-981.830,45	RESERVAS	1.509.759,45	1.509.759,45
			Reserva Técnica CG - Com Restrição	1.509.759,45	1.509.759,45
TOTAL DO ATIVO	219.244.859,16	261.123.929,18	TOTAL DO PASSIVO	219.244.859,16	261.123.929,18

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
(+) RECEITA BRUTA	48.274.903,84	74.645.484,26
Contrato de Gestão	36.179.656,51	61.064.975,00
MEC	2.456.430,14	2.330.391,00
MCTI	33.723.226,37	58.734.584,00
Contratos Administrativos	8.702.610,16	13.559.584,32
PNUMA OICS	2.055.098,29	0,00
PNUMA GDF	5.992.446,61	0,00
GIZ	315.572,27	0,00
SENAI	124.000,00	0,00
IPEM	215.492,99	0,00
Outras Receitas Operacionais	3.392.637,17	20.924,94
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Com Restrição	610.344,38	20.724,29
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Sem Restrição	2.782.292,79	200,65
(=) TOTAL RECEITA	48.274.903,84	74.645.484,26
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-483.891,60	-513.726,85
ISS sobre Faturamento	-483.891,60	-513.726,85
(=) RECEITA LÍQUIDA	47.791.012,24	74.131.757,41
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	-36.179.656,51	-33.597.331,42
Despesas Gerais e Administrativas	-2.827.518,34	-2.387.642,72
Despesas com Pessoal e Encargos	-24.255.121,32	-22.461.953,78
Serviços de Terceiros	-4.225.248,99	-4.347.192,20
Alugueis e Arrendamentos	-1.759.330,08	-2.294.743,50
Impostos, Taxas e Multas fiscais	-457.677,46	-709.450,88
Hospedagens	-436.281,66	-17.289,00
Diárias	-145.774,29	-57.045,83
Passagens	-852.377,63	-446.913,25
Promoções e Eventos	-112.383,00	-335.686,95
Outras Despesas Operacionais	-185.585,44	-259.674,31
Depreciações e Amortizações	-922.358,30	-279.739,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	-14.085.164,17	-9.605.002,07
Despesas Gerais e Administrativas	-1.484.397,06	-288.825,45
Despesas com Pessoal e Encargos	-2.249.480,63	-4.137.885,55
Serviços de Terceiros	-5.609.204,41	-4.661.160,72
Alugueis e Arrendamentos	-101.102,59	-67.192,96
Impostos, Taxas e Multas fiscais	-32.717,04	-77.340,59
Hospedagens	-88.684,40	0,00
Diárias	-29.247,39	-96.058,73
Passagens	-174.877,67	-212.387,60
Promoções e Eventos	0,00	-44.206,00
Outras Despesas Operacionais	-4.045.004,58	-13.337,88



Depreciações e Amortizações	-270.448,40	-6.606,59
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-2.473.808,44	30.929.423,92
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	5.327.782,45	4.972.765,43
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	-1.103.837,47	-913.897,97
Receitas Financeiras - Outros Contratos	355.696,86	720.704,30
Despesas Financeiras - Outros Contratos	-146.453,59	-165.892,64
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	4.433.188,25	4.613.679,12
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.959.379,81	35.543.103,04
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - COM RESTRIÇÃO	4.834.289,36	31.547.235,33
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - SEM RESTRIÇÃO	-2.874.909,55	3.995.867,71

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Patrimônio Social	Reservas - Recursos com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Sem Restrição	RESERVAS	Total
					Reserva Técnica	
SALDO EM 31/12/2021	24.852.493,98	0,00	6.273.409,80	0,00	1.450.000,00	32.575.90
Incorporação do Superávit 2021	6.273.409,80		-6.273.409,80			0,00
Variação da Reserva Técnica	-59.759,45				59.759,45	0,00
Ajustes ao Resultado de Exercícios Anteriores	-22.072.018,68					-22.072.0
Superávit do Exercício			31.547.235,33	3.995.867,71		35.543.10
SALDO EM 31/12/2022	8.994.125,65	0,00	31.547.235,33	3.995.867,71	1.509.759,45	46.046.98
Incorporação do Superávit 2022	3.995.867,71	31.547.235,33	-31.547.235,33	-3.995.867,71		0,00
Constituição das Reservas de Recursos com Restrição	-8.994.125,65	8.994.125,65				0,00
Variação da Reserva Técnica						0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício			4.833.153,45	-2.873.773,64		1.959.379,
SALDO EM 31/12/2023	3.995.867,71	40.541.360,98	4.833.153,45	-2.873.773,64	1.509.759,45	48.006.36

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	1.959.379,81	35.543.103,04
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	1.192.806,70	-286.345,59
(+) Provisão para contingências Fiscais	702.652,30	-488.731,23
(-/+) Ajuste de Exercícios anteriores	0,00	-22.131.778,13
(-) Baixa de bens depreciados	-555.650,61	-370.860,11
Superávit/Déficit Ajustado	3.299.188,20	12.265.387,98
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	27.661.872,58	-26.324.762,21
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	76.010,16	80.574,71
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a recuperar	-73.452,88	-2.052.104,25

(+/-) Redução/(Aumento) em valores a realizar	1.414.974,20	-114.417,89
(+/-) Redução/(Aumento) em despesas diferidas	13.014,73	0,00
(+/-) Redução/(Aumento) em contratos de bens e serviços	7.039.741,47	0,00
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	-963.827,32	1.076.795,38
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	-1.518.991,31	1.438.394,59
(+/-) Aumento/(Redução) em arrendamentos a pagar	1.587.983,78	
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	22.712,19	275.762,55
(+/-) Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	0,00	-2.945.954,57
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	-44.899.609,89	50.395.307,21
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de contratos	10.684.975,03	0,00
(+/-) Aumento/(Redução) em valores a realizar	-1.488.753,75	0,00
(+/-) Aumento/(Redução) em obrigações trabalhistas	689,66	0,00
(+/-) Aumento/(Redução) em Parcelamentos Fiscais	-332.543,39	0,00
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos de bens e serviços	-7.039.741,47	0,00
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar	-419.167,86	0,00
(+/-) Aumento/(Redução) em outros créditos	-174.827,80	2.685.291,12
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-5.109.753,67	36.780.274,62
2 -FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	-2.156.420,98	-167.782,93
(-) Compra do Ativo Intangível	-49.812,00	-16.001,04
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	-2.206.232,98	-183.783,97
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-7.315.986,65	36.596.490,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	53.895.899,06	16.726.717,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	46.579.912,41	53.895.899,06
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-7.315.986,65	36.596.490,65



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (valores expressos em reais)

Nota 1 - Contexto Operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) exerce um importante papel no cenário científico e tecnológico do Brasil. Sua classificação como Organização Social, conforme Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, confere à instituição uma natureza privada e sem fins lucrativos, alinhada aos interesses públicos e a quem presta relevantes serviços. Com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, o CGEE tem como principal missão conduzir e promover estudos e pesquisas prospectivas nos campos da ciência, tecnologia, inovação e educação. Para além da pesquisa, suas atividades englobam aspectos sociais derivados de políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. O CGEE atua como um ente mobilizador de competências e com caráter integrador, buscando promover a colaboração entre diversos setores da sociedade. Uma das características do CGEE é seu comprometimento ativo com o fomento à pesquisa e inovação, desempenhando o papel de instituição que se propõe a impactar positivamente nas políticas públicas, destacando-se como agente impulsionador de pesquisa e inovação, e contribuindo para o desenvolvimento e progresso desses setores no Brasil.

Nota 2 - Declaração de Conformidade - A responsabilidade pelas demonstrações contábeis do CGEE é da Administração, sendo certo que estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para entidades sem fins lucrativos, conforme estabelecido na Resolução CFC 1.409/12 (Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1)). Em casos não contemplados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos. As estruturas e composições das demonstrações contábeis encontram-se em conformidade com o padrão da contabilidade e incluem: Balanço Patrimonial - BP; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE; Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, e Notas Explicativas - NE. As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria do CGEE em 31 de janeiro de 2024.

Nota 3 - Desempenho de Funções - 3.1 Contratos de Gestão - O CGEE recebe recursos por meio de contratos de gestão, no caso com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), destinados à realização das finalidades descritas em seu objetivo social. Sua função essencial é operar como interveniente na execução de projetos. Desta forma, os recursos aportados não são considerados como parte do seu patrimônio. 3.2 Contratos Administrativos - Os contratos administrativos celebrados entre o CGEE e terceiros contemplam a gestão, o acompanhamento e a supervisão dos acordos, onde se incorporam diversas cláusulas relacionadas aos direitos e deveres das partes envolvidas. Para fins de avaliação quanto à parte do patrimônio a ser incorporado, os recursos aportados através dos contratos administrativos são condicionam às regras contratuais pactuadas caso a caso.

Nota 4 - Principais Políticas Contábeis e Apresentação das Demonstrações Contábeis - As práticas contábeis fundamentais empregadas na elaboração das demonstrações estão explicitadas a seguir e são aplicadas de forma uniforme ao longo de todo o período apresentado, a menos que haja disposição em contrário. É importante ressaltar que, em certas categorias da receita, a comparabilidade pode ser comprometida devido à adequação do CGEE para o regime de competência no exercício de 2023, considerando que em 2022 estava em vigor um regime híbrido (caixa e competência). 4.1 Base de Mensuração - As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o "Real" como a moeda funcional da Entidade. Todos os valores e saldos estão expressos em reais, a menos que haja indicação explícita em contrário. Além disso, as demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico. 4.2 Uso de Estimativas - As práticas adotadas no Brasil preveem que, no decorrer do processo de elaboração de suas demonstrações contábeis, a Administração utilize julgamentos críticos relacionados às políticas contábeis, com impactos significativos sobre os reconhecimentos de valores, conforme descreve-se a seguir: O CGEE realiza provisões para causas cíveis, trabalhistas e fiscais com base na avaliação da probabilidade de perda, considerando evidências, hierarquia legal, jurisprudência e análise de advogados internos e externos; As provisões são ajustadas regularmente para refletir mudanças nas circunstâncias, como prazos de prescrição, conclusões de inspeções fiscais e novas exposições; A liquidação dessas transações poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões inerentes ao seu processo de determinação; e Revisões periódicas das estimativas e das premissas são realizadas em intervalos trimestrais e semestrais. 4.3 Registros Contábeis - Os registros contábeis são realizados por meio do sistema tecnológico ERP e toda a documentação comprobatória está organizada em ordem cronológica. Esses registros são mantidos em formato digital para atender às obrigações acessórias, em conformidade com as formalidades fiscais e técnicas estabelecidas pelas regulamentações aplicáveis.



Nota 5 - Principais Práticas Contábeis - 5.1 Apuração de Resultado - O CGEE, enquanto entidade executora, não exerce controle direto ou tem governança sobre a priorização, execução ou continuidade dos projetos relacionados aos Contratos de Gestão. Consequentemente, os recursos planejados e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, abrangendo os rendimentos financeiros dos recursos investidos em aplicações financeiras. Nesse contexto, as receitas decorrentes de tais projetos representam exclusivamente o reembolso das despesas operacionais necessárias às respectivas execuções. No que diz respeito às receitas provenientes dos contratos administrativos, estas seguem regras e cronogramas predefinidos nos contratos previamente pactuados. 5.2 Receitas Financeiras - O CGEE obtém receitas financeiras provenientes de suas aplicações financeiras. Todas essas receitas financeiras são registradas em contrapartida ao passivo de "Contratos a Receber" ou "Adiantamento de Contratos", uma vez que estão destinadas ao financiamento de projetos específicos. 5.3 Caixa e equivalentes de caixa - Esta conta engloba a soma dos saldos em caixa, em bancos e seus equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. 5.4 CPC 06 - Arrendamento - Em conformidade ao estabelecido no CPC 06 (R2), o CGEE adota as diretrizes contábeis para classificação, reconhecimento, mensuração e divulgação sobre os contratos de arrendamento. 5.5 Imobilizado - O Ativo Imobilizado é compreendido pelos bens móveis e imóveis, sendo inicialmente reconhecido com base no valor de aquisição, construção ou produto. Após o reconhecimento inicial, esses ativos estão sujeitos a processos como depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), redução ao valor recuperável ou reavaliação. Gastos realizados após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do ativo imobilizado, desde que tais despesas contribuam para o aumento da vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômico futuros. Caso esses gastos não resultem em benefícios econômicos adicionais, são reconhecidos diretamente como diminuições do patrimônio no período

correspondente. 5.6 Intangível - Ativos intangíveis, representados por direitos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção de atividades, devem ser mensurados com base no valor de aquisição ou produção. Essa mensuração é ajustada pela subtração do saldo acumulado da conta de amortização (quando há vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (impairment) que tenham ocorrido ao longo de sua vida útil. 5.7 Provisões - As provisões são reconhecidas quando o CGEE tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa. Considerando ser o CGEE parte em processos judiciais e administrativos, constituem-se provisões sempre que uma estimativa razoável possa ser feita para as contingências decorrentes daqueles processos cuja provável liquidação da obrigação exija uma saída de recursos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 5.8 Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - Um ativo é registrado no balanço quando há uma probabilidade razoável de que resultará em benefícios econômicos futuros, e o custo ou valor associado pode ser mensurado com confiabilidade. Quanto aos passivos, eles são reconhecidos no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados, e é provável que um recurso econômico seja necessário para sua liquidação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas dos riscos envolvidos. Quanto à classificação dos ativos e passivos, são considerados circulantes se a realização ou liquidação for provável nos próximos doze meses, caso contrário, são classificados como não circulantes. 5.9 Aspectos Fiscais - O CGEE, enquanto Organização Social sem fins lucrativos, é amparado pela isenção legal conforme estabelecido no art. 15 da Lei nº 9.532/97, com as modificações introduzidas pela MP nº 2.158-35 de 2001 e legislações subsequentes aplicadas a questões tributárias relativas ao IRPJ e à CSLL. Caso venha a apresentar superávit em suas contas, esclarece-se que deverão ser avaliadas as regras contratuais dos contratos de gestão e dos contratos administrativos quanto à incorporação dos valores e sua destinação. Essa prática reflete o compromisso da entidade em direcionar recursos excedentes para a consecução das finalidades constantes nos contratos firmados.



Nota 6 - Caixa e Equivalente de Caixa - O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa do CGEE representa 21% do ativo total, compreendendo os seguintes subgrupos:

DESCRIÇÃO	2023	2022
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	46.579.912,41	53.895.899,06
CAIXA		
Caixa - Com Restrição	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - COM RESTRIÇÃO		43.757,37
Banco do Brasil S/A-435.002-2 - CG/MCTI-Recursos Com Restrição	0,00	436.447,97
Banco do Brasil - 8248-1 - Reserva Técnica MCTI- Com Restrição	0,00	0,00
Banco do Brasil - 22.320-4 - CG/MEC-Recursos Com Restrição	0,00	117,40
Banco do Brasil - 22.316-6 - CG/Reserva Técnica-Recursos Com Restrição	0,00	582,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - SEM RESTRIÇÃO	0,00	385.321,45
Banco do Brasil S/A - 58.891-1-PNUMA/GDF-Recursos Sem Restrição	0,00	21.775,47
Banco do Brasil S/A - 58.892-X-PNUMA/OICS-Recursos Sem Restrição	0,00	2.356,49
Banco do Brasil - 22.319-O-CA/Geral B-Recursos Sem Restrição	0,00	144.546,89
Banco do Brasil - 22.361-1-GIZ-Recursos Sem Restrição	0,00	192,60
Banco do Brasil - 8243-0 - Suprimentos de Fundo - Sem Restrição	0,00	0,00
Banco do Brasil - 8250-3 - IPEM/SP - Sem Restrição	0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO	46.357.559,57	43.112.656,65
Banco do Brasil S/A - 435.002-2 - CG/MCTI- Com Restrição	4.222.791,99	0,00
Banco do Brasil - 8248-1 - Reserva Técnica MCTI - Com Restrição	835.366,12	0,00
Banco do Brasil - 22.320-4 - CG/MEC-Com Restrição	235.382,60	0,00
Banco do Brasil - 22.316-6 - Reserva Técnica MEC - Com Restrição	98.898,86	164.491,49
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SEM RESTRIÇÃO	222.352,84	62.222,59

Banco do Brasil S/A - 22.319-0 - Reserva Própria - Sem Restrição	4.123,47	99.918,28
Banco do Brasil S/A - 58.891-1 - PNUMA/GDF- Sem Restrição	3.493,71	3.261.942,80
Banco do Brasil S/A - 58.892-X - PNUMA/OICS- Sem Restrição	142,78	258.855,71
Banco do Brasil - 22.361-1 - GIZ-Sem Restrição	1.389,13	7.188,80
Banco do Brasil - 8244-9 -Senai-Recurso Sem Restrição	4.843,92	0,00
Banco do Brasil - 8243-0 - Suprimentos de Fundo - Sem Restrição	0,00	0,00
Banco do Brasil - 8250-3 - IPEM/SP - Sem Restrição	158.679,83	0,00

Ressalta-se que: a) As aplicações financeiras são indexadas ao CDI, tendo como característica liquidez imediata e de baixo risco e são realizadas no Banco do Brasil, seguindo a orientação para aplicações em bancos oficiais. b) A redução de 13% do grupo, no ano de 2023, quando comprado ao registrado em 2022, refere-se à movimentação financeira registrada em decorrência das realizações das atividades programadas, agregada diminuição dos recursos recebidos. c) Do montante de R\$ 46.579.912,41, aplicados no Banco do Brasil, apurou-se de rendimento o montante de R\$ 5.680.241,44, distribuídos conforme demonstrado em seguida. Os rendimentos apurados e correspondentes às respectivas contas bancárias dos contratos de gestão e contratos administrativos estão refletidos da seguinte forma:

435002-2 - MCTI		22320-4 - MEC	
Fundo de Investimento	4.903.832,25	Fundo de Investimento	190.615,33
CDB/RDB e BB Reaplicação	24.352,63	CDB/RDB e BB Reaplicação	0,00
Rende Fácil	1.492,20	Rende Fácil	2.252,76
Total	4.929.677,08	Total	192.868,09
8248-1 - RESERVA TÉCNICA (MCTI)		22316-6 - RESERVA TÉCNICA (MEC)	
Fundo de Investimento	42.245,93	Fundo de Investimento	156.496,10
CDB/RDB e BB Reaplicação	0,00	CDB/RDB e BB Reaplicação	2.747,60
Rende Fácil	0,56	Rende Fácil	160,22
Total	42.246,49	Total	159.403,92
22319-0 - Reserva Própria CGEE		58892-X - PNUMA OICS	
Fundo de Investimento	6.244,91	Fundo de Investimento	37.197,23
CDB/RDB e BB Reaplicação	5.004,54	CDB/RDB e BB Reaplicação	11.464,30
Rende Fácil	1.250,98	Rende Fácil	365,45
Total	12.500,43	Total	49.026,98
22361-1 - GIZ		58891-1 - PNUMA GDF	
Fundo de Investimento	266,60	Fundo de Investimento	273.704,83
CDB/RDB e BB Reaplicação	747,36	CDB/RDB e BB Reaplicação	19.197,35
Rende Fácil	209,45	Rende Fácil	175,44
Total	1.223,41	Total	293.077,62
8250 - IPEM		8244-9 - SENAI	
Fundo de Investimento	-	Fundo de Investimento	-
CDB/RDB e BB Reaplicação	-	CDB/RDB e BB Reaplicação	-
Rende Fácil	172,03	Rende Fácil	39,81
Total	172,03	Total	39,81
8243-0 - SUPRIMENTO			
Fundo de Investimento	0,00		
CDB/RDB e BB Reaplicação	0,00		
Rende Fácil	5,49		
Total	5,49		

A diversificação de investimentos aplicados pelo CGEE, ainda que todos de caráter conservador, permitiu que a rentabilidade dos fundos fosse maior que a SELIC, CDI, poupança, dólar, inflação medida por IPCA ou IGPM-M, bolsas americanas e brasileira.



Nota 7 - Adiantamentos - Os adiantamentos concedidos aos colaboradores do CGEE estão associados à folha de pagamento referentes ao saldo registrado em dezembro de cada ano.

Descrição	2023	2022
Adiantamento de Salários	2.736,49	0,00
Adiantamento de Férias	35.856,28	118.260,29
Adiantamento a Fornecedores	432.381,33	432.844,71
Adiantamento de Viagem	2.772,36	0,00
Outros Créditos	1.348,38	0,00
TOTAL	475.094,84	551.105,00

Nota 8 - Valores a Realizar - Os valores a realizar decorrem dos recursos correspondentes às despesas cobertas através de recursos próprios do CGEE nos casos onde contratos administrativos se encontram temporariamente a descoberto. Tais valores serão regularizados por ocasião do repasse financeiro daqueles contratantes (PNUMA, GIZ e SENAI), distribuídos conforme abaixo:

Descrição	2023	2022
PNUMA	424.580,15	424.580,15
MEC	0,00	1.653.857,06
GIZ	122.920,40	0,00
Senai	115.962,46	0,00
TOTAL	663.463,01	2.078.437,21

Nota 9 - Contratos de Bens e Serviços - A rubrica de contratos de bens e serviços variou em decorrência da menor contratação de terceiros para a execução de demandas dos projetos em vigência no período. Esta significativa menor contratação se justifica pelas indefinições dos demandantes, resultando, inclusive, em cancelamento e redirecionamento de projetos em andamento.

Descrição	2023	2022
Contratos de Bens e Serviços	8.835.127,98	15.874.869,45



Nota 10 - Imobilizado e Intangível - Compreendendo bens e direitos destinados à manutenção das atividades do CGEE, o Imobilizado representou, ao término de 2023, 1% do ativo total.

Descrição	Taxas de depreciação	2023	2022
Imobilizado - Com Restrição		2.157.806,59	584.837,66
Equipamentos de Informática	20%	2.464.140,07	2.392.552,98
Instalações	10%	550.593,80	550.593,80
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	71.178,74	71.178,74
Móveis e Utensílios	10%	447.526,57	492.311,87
Equipamento de Audiovisual	20%	272.897,70	277.993,49
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
Bens de Terceiros	7%	2.241.747,20	0,00
(-) Depreciações Acumuladas		-4.209.089,73	-3.518.605,46
Imobilizado - Sem Restrição		0,00	38.663,64
Equipamentos de Informática	20%	0,00	88.805,85
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	0,00	3.401,30
Equipamento de Audiovisual	20%	0,00	14.825,07
(-) Depreciações Acumuladas		0,00	-68.368,58
Total do Imobilizado		2.157.806,59	623.501,30
Intangível - Com Restrição			
Sistemas Aplicativos - software	20%-100%	1.053.883,75	1.004.071,75
(-) Amortizações Acumuladas		-996.870,85	-981.830,45
Total do Intangível		57.012,90	22.241,30

Nota 11 - Contas a Pagar - Os registros contidos em Contas a Pagar se referem às obrigações financeiras do CGEE, ainda não foram liquidadas. Essas obrigações podem incluir despesas como faturas de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a pagar, contas de serviços e outros compromissos financeiros.

Descrição	2023	2022
Encargos Sociais a Recolher	545.434,87	645.171,07
Encargos Tributários a Recolher	488.317,12	1.352.408,24
Obrigações Vinculadas ao Fornecimento de Materiais e Serviços	2.082.597,35	2.013.604,88
Provisões De Férias, 13º e Encargos	2.035.026,57	2.012.314,38
Outros Créditos	125.861,86	300.000,00
TOTAL	5.277.237,77	6.323.498,57

Nota 12 - Parcelamentos Fiscais - No ano de 2021 foram realizados 2 (dois) parcelamentos fiscais relativos aos processos que tramitavam junto à Receita Federal do Brasil - RFB de n.º 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008. Estes processos se referem a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e descumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Os respectivos saldos devedores até 31 de dezembro de 2023 correspondem ao montante de R\$ 961.118,57 (novecentos e sessenta e um mil, cento e dezoito reais e cinquenta e sete centavos - INSS) e R\$ 213.514,11 (duzentos e treze mil e quinhentos e catorze reais e onze centavos - IRRF), totalizando o montante do parcelamento fiscal em R\$ 1.174.632,68 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Nota 13 - Provisão para contingências - Os dados relativos às Provisões Para Contingências seguem as possíveis premissas de eventos futuros incertos que podem resultar em perdas financeiras. Dessa forma, seguem os registros que estão sendo monitorados: a) Ação Civil Pública: O processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor de R\$ 500.000,00, não se encontra provisionado, por ser classificado como "possível". b) O registro de R\$ 110.000,00 está registrado por decisão da Administração, embora a causa foi avaliada como "possível", mas, será considerada para atualização no balancete de janeiro de 2024. c) No ano de 2023 o CGEE contratou consultoria jurídica especializada para avaliar as questões relacionadas a: Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos financeiros, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) sobre rendimentos de aplicações financeiras. As sugestões e recomendações provenientes desse processo estão atualmente em avaliações pela Administração.



PROVISÕES CONTÁBEIS COM POSSÍVEIS IMPACTOS FINANCEIROS EM 2023		
RISCOS FISCAIS (PREVISTOS)		
DESCRIÇÃO	SALDO CONTÁBIL	OBSERVAÇÃO
COFINS SOBRE OS RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	769.274,13	SALDO CONTÁBIL PREVISTO ATÉ 31/12/2023
FPS - FATOR PREVIDENCIÁRIO SOCIAL	1.298.602,71	
TOTAL - SALDO ACUMULADO	2.067.876,84	

Nota 14 - Patrimônio Líquido - O patrimônio do CGEE decorre de resultado acumulado dos superávits e déficits derivado das atividades operacionais. Esta conta reflete o desempenho operacional tanto do contrato de gestão quanto dos contratos administrativos. Considerando que o CGEE está qualificado como uma Organização Social, sob a Lei 9.637/98 desde o início de suas atividades, há o entendimento de que em caso de desqualificação ou extinção, todo o patrimônio correspondente ao contrato de gestão é revertido aos órgãos fomentadores, independentemente da forma do registro

contábil. Nas demonstrações contábeis, anexas à esta nota explicativa, os registros estão evidenciados como por Contrato de Gestão - Com Restrição e Contratos Administrativos - Sem Restrição. A seguir segue quadro comparativo da movimentação apurada nos exercícios de 2022 e 2023.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
Patrimônio Social	3.995.867,71	8.994.125,65
Reservas - Recursos com Restrição	40.541.360,98	0,00
DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	1.959.379,81	35.543.103,04
Déficit / Superávit do Exercício - Com Restrição	4.833.153,45	31.547.235,33
Déficit / Superávit do Exercício - Sem Restrição	-2.873.773,64	3.995.867,71
RESERVAS	1.509.759,45	1.509.759,45
Reserva Técnica CG - Com Restrição	1.509.759,45	1.509.759,45
TOTAL	48.006.367,95	46.046.988,14

14.1 Reserva técnica - A Reserva Técnica representa o valor designado para cobrir eventual despesa com obrigações trabalhistas e/ou outras, conforme estabelecido em cláusula contratual firmado entre o MCTI e CGEE. Em conformidade com o estipulado no "Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, a Reserva Técnica estabelecida para o ano de 2023 é de R\$ 1.509.759,45 (um milhão, quinhentos e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco reais).

Nota 15 - Resultado Apurado - O resultado operacional apurado no exercício de 2023 foi um superávit de R\$ 1.959.379,81 que decorre da movimentação das receitas e despesas registradas no período, referente aos registros dos contratos de gestão e administrativos. A movimentação está associada a execução dos projetos e atividades delineados nos contratos de gestão e administrativos, seguindo as diretrizes contratuais e em conformidade com os princípios contábeis. A metodologia aplicada para o reconhecimento das receitas está apresentada na Nota Técnica 16B/2023. Cabe mencionar que no exercício de 2022 o resultado apurado no montante de R\$ 35.543.103,04 (contrato de gestão mais contrato administrativo) decorre pela apropriação, basicamente, pelo reconhecimento dos recebimentos do contrato de gestão considerando o regime de caixa. No entanto, a partir de 2023 o CGEE adotou as regras estabelecidas pela ITG 2002 (R1) implementando o regime de competência. A apuração dessas receitas está apresentada a seguir:



2023			
RESULTADO DO EXERCÍCIO	CONTRATO DE GESTÃO - COM REST.	CONTRATOS ADM. - SEM REST.	TOTAL
Receitas do Exercício	42.117.783,34	11.840.599,81	53.958.383,15
(-) Deduções da Receita	0,00	-483.891,60	-483.891,60
(-) Dispendios do exercício	-37.283.493,98	-14.231.617,76	-51.515.111,74
Superávit/Déficit no Exercício de 2023	4.834.289,36	-2.874.909,55	1.959.379,81

O Resultado financeiro é calculado pela diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras. No ano exercício de 2023, apenas o contrato de gestão apresenta variação positivas no resultado.

Descrição	2023	2022	Variação
CONTRATO DE GESTÃO - COM RESTRIÇÃO			
(+/-) Resultado Financeiro	4.223.944,98	4.058.867,46	165.077,52
Receitas Financeiras	5.327.782,45	4.972.765,43	355.017,02
Despesas Financeiras	-1.103.837,47	-913.897,97	-189.939,50
CONTRATO ADMINSTRATIVO - SEM RESTRIÇÃO			
(+/-) Resultado Financeiro	209.243,27	554.811,66	-345.568,39
Receitas Financeiras	355.696,86	720.704,30	-365.007,44
Despesas Financeiras	-146.453,59	-165.892,64	19.439,05

Nota 16 - Execução Orçamentária - A execução orçamentária refere-se à implementação prática do orçamento planejado, envolvendo o acompanhamento detalhado das receitas e despesas ao longo de um período específico. Essa prática é fundamental para garantir o alinhamento com metas e objetivos, permitindo ajustes conforme necessários. A correta validação e definição clara do orçamento depende das partes envolvidas, considerando as regras contratuais e as definições de linhas orçamentárias. O excesso em relação ao valor orçamentário ocorreu devido a situações como: adequações contábeis em cumprimento ao regime de competência; aumento nos custos de aquisições de materiais e serviços necessários à realização das atividades, alterações no escopo do projeto que pode refletir sobre o rateio das despesas administrativas e de pessoal e encargos trabalhistas. Abaixo, seguem os registros apurados ao contrato de gestão e contratos administrativos. 16.1. Execução Orçamentária das Despesas

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANO 2023			
CONTRATO DE GESTÃO	Orçado	Realizado	Saldo
MCTI	59.745.453,54	33.142.526,36	26.602.927,18
Projetos	31.994.886,72	4.479.995,04	27.514.891,68
Pessoal e Encargos - MCTI	22.038.434,67	22.610.180,62	-571.745,95
Manutenção e Operação - MCTI	5.702.448,78	5.881.679,21	-179.230,43
Investimentos	9.683,37	170.671,49	-160.988,12
INMETRO	296.025,46	159.378,78	136.646,68
SISTEMA DE AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS (SAE/PR)	189.551,12	174.616,77	14.934,35
MCOM	2.027.965,08	1.261.798,89	766.166,19
MEC	7.254.713,80	2.514.374,95	4.740.338,85
Projetos	4.244.190,33	260.832,62	3.983.357,71
Pessoal e Encargos - MEC	2.010.523,47	1.194.144,03	816.379,44
Manutenção e Operação - MEC	1.000.000,00	1.059.398,30	-59.398,30
SALDO	69.513.709,00	37.252.695,75	32.261.013,25
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Orçado	Realizado	Saldo
CGEE	0,00	427.364,20	-427.364,20
Reserva Própria - CGEE	0,00	427.364,20	-427.364,20
GIZ	264.819,18	264.819,18	0,00
Energy Big Push 2.0-EBP2.0-Impulsionando a Inovação p/Trans.Energ.Sust.no Brasil	264.819,18	264.819,18	0,00
SENAI	298.500,00	263.187,24	35.312,76
Mapeamento e análise da prod téc e cient das comp alocadas no Inst SENAI de Inov	298.500,00	263.187,24	35.312,76
PNUMA	12.944.569,98	13.176.534,22	-231.964,24
Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis - CGEE	2.516.308,45	2.549.722,30	-33.413,85
Planejamento Integrado e Tecnologias Inovadoras - GDF	10.428.261,53	10.626.811,92	-198.550,39
IPEM	1.436.619,95	99.124,92	1.337.495,03
Reposicionamento Estratégico IPEM/SP	1.436.619,95	99.124,92	1.337.495,03
SALDO	14.944.509,11	14.231.029,76	713.479,35



Nota 17 - Gestão de Risco - O CGEE poderá estar exposto, em decorrência de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: (i) de liquidez, (ii) de taxa de juros, e (iii) de crédito. Os riscos são mitigados por investimentos em aplicações de risco baixo, exclusivamente em instituição financeira controlada pela União (Banco do Brasil). A administração avalia que o risco é substancialmente mitigado, dado o investimento em produtos de renda fixa com taxas vinculadas ao CDI, apresentando uma margem de alteração insignificante.

Nota 18 - Outras Informações - a) Contrato PNUMA: As revisões contábil e financeira registradas no período de 2018 a 2023, exceto os 2 últimos relatórios trimestrais ("quarters") de 2023, referentes ao (i) projeto PNUMA/GDF-SEMA (este ainda pendente de entendimento interno entre PNUMA e GDF-SEMA, e portanto fora da governança do CGEE), e ao (ii) projeto PNUMA/OICS, foram exaustivamente debatidas, auditadas por empresa independente e evoluídas ao contratante para validação final e posterior regularização no CGEE. b) Conciliações: As conciliações bancárias são realizadas diariamente e as

conciliações contábeis mensalmente. c) Bens Móveis: todos os bens móveis foram inventariados, por empresa especializada, em atendimento às normas contábeis vigentes. O teste de recuperabilidade, contratado junto a empresa especializada, não pode ser concluído em 2023 por falta de integração de sistemas, e será objeto de apresentação até 31 de março de 2024. d) Patrimônio Líquido: Foi realizada a readequação da apresentação do resultado do exercício, destacando os valores com e sem restrição no balanço patrimonial.

Nota 19 - Eventos Subsequentes - a) Em janeiro de 2024, os rendimentos provenientes de aplicações financeiras constarão transferidos conforme segue: i. Contrato de Gestão - Com Restrição para as contas de reservas técnicas (MEC - R\$ 192.868,09 e MCTI - R\$ 4.929.866,08); e ii. Contratos Administrativos para a conta de Reserva Própria - Sem Restrição (R\$ 356.832,77). b) Em 2023, o CGEE contratou uma consultoria contábil especializada para avaliação quanto ao CNAE e FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social) mais aderente às atividades realizadas pela instituição. A Administração decidiu pela alteração da alíquota de 4,5% para 5,8% partir de janeiro de 2024, com provisionamento do valor de R\$ 1.298.602,69, relacionado ao período de março de 2019 a dezembro de 2022, (já considerando reajuste pela taxa SELIC), em conta bancária específica. c) Em 2023, o CGEE contratou empresa especializada para a realização do teste de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado. Entretanto, os resultados obtidos no decorrer destes testes exigiram revisão e ajustes nas parametrizações sistêmicas com vistas à inserção de dados atualizados. Assim, há previsão de conclusão até 31 de março de 2024.

Nota 20 - Conclusão - Com base no exposto, verifica-se a regularidade das contas do balanço e demais demonstrações contábeis, para o Exercício de 2023, as quais estão em condições de serem encaminhadas para apreciação superior.

Brasília, DF 31 de janeiro de 2024

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Diretor-Presidente CPF ***.***.***-**-**

CARLOS ROBERTO FORTNER

Diretor de Administração e Finanças CPF ***.***.***-**-**

ELIZAMA RAMOS DOS SANTOS CORREIA

Coordenadora de Finanças e Contabilidade Contador CRC-DF *****/**-**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, Brasília - DF

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), "Entidade" que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº13 com relação aos fatos destacados a seguir que podem ter impactos futuros na Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos. Item a) O processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor de R\$ 500.000,00,



não se encontra provisionado, por ser classificado como "possível". Item c) No ano de 2023 o CGEE contratou consultoria jurídica especializada para avaliar as questões relacionadas a: Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos financeiros, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) sobre rendimentos de aplicações financeiras. As sugestões e recomendações provenientes desse processo estão atualmente em avaliações pela Administração. Outros assuntos - Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis - A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), que regulamenta a contabilidade das entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fortaleza (CE), 5 de fevereiro de 2024.

CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S - EPPCRC (CE) **
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03 CVM: 6335**

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVASÓCIO
RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTADOR CRC(CE) N.º
******CPF ***.***.***-**-****

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), após o cumprimento do escopo de trabalho descrito no item 1 acima, considerando as apreciações feitas no item 2 quanto a sua contabilidade e quanto aos ativos imobilizados e respectivas depreciações e ao relatório sem ressalvas dos auditores independentes, é de opinião que as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2023 estão em condições de apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 9 de fevereiro de 2024.

SERGIO BENEDITO FERRARA
Conselheiro Fiscal, Presidente

ALEXANDRE AUGUSTO VILLAIN DA SILVA
Conselheiro Fiscal

WALTER M. MACHADO DE BARROS
Conselheiro Fiscal

Resolução nº 002/2024 Aprova o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2023 do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), bem como o seu envio ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, reunido em 27 de fevereiro de 2024, no exercício de suas competências estatutárias, resolve: Art. 1º - Aprovar o Balanço Patrimonial de 2023, com ressalva; Art. 2º - Aprovar o Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2023; e Art. 3º - Aprovar o envio dos documentos aprovados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).



Brasília, 27 de fevereiro de 2024.

ODIR ANTONIO DELLAGOSTIN
Presidente do Conselho de Administração

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.